

DISCUSSÃO: DÍVIDA ESTADUAL.

Governo tenta definir o quanto vai assumir

Pub. Vir

JORNAL DA TARDE

O governo retoma hoje, oficialmente, as negociações com os governos estaduais para tentar definir o montante da dívida dos Estados e municípios que será assumida pela União e reescalada pelo prazo de 20 anos. A reunião entre os presidentes do Banco Central, Francisco Gros, da Comissão de Economia do Senado, senador Raimundo Lira (PFL-PB), e o secretário de Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, poderá encerrar uma discussão que se arrasta desde o início deste ano, quando os governadores se deram conta de que a lei da rolagem não incluía todos os débitos dos Estados. Mazzucchelli recebeu delegação para negociar em nome dos secretários da Fazenda dos demais Estados.

A polêmica gira em torno da definição de “tomador final” do empréstimo. O governo entende que as dívidas a serem reescalo-



Arquivo/AE

Mazzucchelli: delegação.

nadas são as contraídas com a própria União e suas instituições financeiras. Os governos estaduais aceitam excluir do montante apenas as dívidas com bancos privados, empreiteiros e fornecedores. Os governadores dos quatro Estados mais endividados — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — lideram um movimento pretendendo que a lei de renegociação incluía também as

dívidas dos Estados com os bancos estaduais.

A lei foi aprovada no final do ano passado e desde então é cercada de polêmica. Na época, parlamentares oposicionistas acusaram o governo de estar fazendo um “mau negócio” ao propor a rolagem da dívida dos Estados e municípios. As divergências começaram quando os governadores começaram a ser chamados para negociar com o Executivo. “A lei não é tão liberalizante quanto se afirmava”, assegura o ministro Marcílio Marques Moreira.

O senador Raimundo Lira, que atuará como intermediador das discussões, admitiu ontem que as posições são extremas. “Vamos tentar encontrar uma definição para tomador final que seja o meio termo entre a proposta do governo, que é muito restrita e a dos Estados, que é muito ampla”.